Governo de Minas deve vender 1,17% das ações na Copasa para a iniciativa privada

ogo após a Copasa aumentar a distribuição de lucro líquido para acionistas de 25% para 50% e aprovar mais um extra de R\$ 280 milhões, Ro governo do Estado informou sua intenção de vender 1,17% de suas ações na empresa, mantendo-se como acionista majoritário com apenas 50,04%.

O SINDÁGUA manifesta sua preocupação com estas medidas, que podem comprometer a sustentabilidade da empresa, que pode sofrer ainda mais com a deterioração das condições de trabalho e, consequentemente, da

qualidade dos serviços prestados à população.

O Sindicato luta pela manutenção do saneamento como serviço público e responsabilidade do Estado,3 para que os serviços básicos e essenciais à saúde

do povo sejam universalizados e direito de todos.

Página 5



SINDÁGUA

BÍO QUIMINOS UNA IMPRESA

QUE ENCOLHE!

M

ANI NOVE PARTO

PRENAPPORE

renovernes nesses bras!

■ CAMPANHA SALARIA

NEGOCIAÇÕES COMEÇAM NO DIA 25 COM A COPASA

pós garantirmos com a Copasa o reconhecimento da data-base em 1º de maio, assegurando as conquistas da categoria nos acordos anteriores, a empresa marcou a primeira reunião de negociações do Acordo Coletivo para 25 de maio.

Toda a diretoria executiva do SINDÁGUA estará presente e as discussões na mesa com a empresa serão imediatamente comunicadas pelos canais eletrônicos do Sindicato.

Este é o momento de nos mobilizarmos para garantir direitos ameaçados pela "reforma trabalhista". Página 2

JOÃO BOSCO REPRESENTA A CATEGORIA NO CONSELHO

s trabalhadores elegeram João Bosco Senra como nosso representante no Conselho de Administração da Copasa. Senra teve votação que superou a soma de todos os outros candidatos, garantindo-lhe a representatividade para defender os pontos essenciais definidos pela categoria para a gestão da Copasa. Confira o resultado global. Página 3

ESCALA DE PLANTÃO É "IMEXÍVEL" SEM ACORDO

Página 4

Editorial

1º de maio após o golpe na legislação trabalhista



José Maria- Presidente

"Dia do Trabalhador" foi demarcado em 1º de maio para manter sempre acesa a bandeira de "luta". Esse é o "dia" de gritar, de

exigir nossos direitos, de apontar ameaças às condições de trabalho e à nossa vida social.

Em 11 de novembro de 2017 a escória do patronato no Brasil conseguiu avançar no GOLPE contra a responsabilidade social em nosso País. O que eles nominaram de "reforma trabalhista" vinha sendo chamado pela elite empresarial de "flexibilização das leis do trabalho" ou "desoneração das folhas de pagamentos" e, cinicamente, de "modernização das leis trabalhistas". No resumo de tudo, a exploração dos trabalhadores, o aumento dos lucros dos patrões, a caça aos direitos trabalhistas e sociais.

A "reforma golpista" procurou atender duas "emergências" da patrãozada: cortar direitos celetistas e conquistados em Acordos Coletivos e, principalmente, eliminar os sindicatos como instrumentos de mobilização e de luta coletiva dos trabalhadores.

ATAQUE AOS DIREITOS TRABALHISTAS

O governo golpista, plantado pelos patrões do "pato amarelo da Fiesp" e pelo Congresso Nacional vendido às iniciativas de corrupção, acelerou medidas irregulares e inconstitucionais para desmanchar a CLT, instaurando uma insegurança jurídica e transformando o ambiente de trabalho numa confusão de interpretações, que as próprias empresas mais sérias têm dificuldade de cumprir, com receio de passivos trabalhistas. O governo golpista lançou a CLT na lata de lixo e tentou fazer o mesmo com a Previdência Social, gastando R\$ 110 milhões em propaganda infrutífera para acabar com nossa aposentadoria.

Vivemos um momento de resistência aos golpes contra os nossos direitos, de denunciar o governo corrupto e toda sua quadrilha instalada em Brasilia para saquear as conquistas sociais do povo brasileiro.

Nossa mensagem neste 1º de maio, Dia do Trabalhador, só pode ser a nossa resistência, a luta contra o banditismo político que nos ameaça, erguendo nossos braços para nos unirmos e defendermos os direitos dos trabalhadores e sociais de nossas famílias.

Data-base garantida espera negociação já!

INPC/IBGE acumulado em um ano registrou 1,69%

direção da Copasa o ficializou e m documento entregue ao SINDÁGUA a garantia da data-base da categoria em 1º de maio, de forma que os eventuais benefícios do acordo coletivo sejam retroativos a este dia.

A empresa convocou a primeira reunião de negociações para 25 de maio, e o SINDÁGUA já levanta todas as situações que embasam as reivindicações dos trabalhadores entregues em documento à Copasa, tendo apoio de técnico do Dieese na argumentação das demandas de caráter econômico.

Na "Pauta de Reivindicações" aprovada pelos trabalhadores, merecem destaque as cláusulas em que solicitam da empresa a destinação de percentual sobre a folha de pagamento para realizar as progressões, crescimento, promoções e avaliações de desempenho e readequação do Plano de Carreiras, Cargos e Salários, além do reajuste pela inflação acumulada e ganho real de 7%. Uma das maiores preocupações da categoria é a garantia de todas as conquistas alcançadas em acordos coletivos anteriores. vacinando nossos direitos contra as ameaças da reforma trabalhista do governo golpista instaurada em 11 de novembro passado.

MOBILIZAÇÃO E CONSCIÊNCIA COLETIVA

Voltamos a lembrar os trabalhadores para a importância da participação no Sindicato, como instrumento de luta para defender os direitos da categoria. A reforma trabalhista golpista tenta enfraquecer o movimento sindical e dá aos patrões o poder de cortar direitos quando as entidades representativas deixam de ser combativas e as categorias ficam desmobilizadas. Procura isolar o trabalhador, quebrando a unidade e a consciência coletiva pelos direitos.

Isso exige que os trabalhadores entendam a importância dos sindicatos para defender os direitos conquistados e avançar na melhoria das condições de trabalho. A "reforma" estabelece a prevalência do "negociado sobre o legislado", condição que convida os trabalhadores a se unirem para mostrar força aos patrões e impedir que direitos celetistas e de acordos sejam garfados. Desta forma, alertamos todos os trabalhadores para se mobilizarem e participarem ativamente das assembleias e tomarmos uma decisão amparada pela união e defesa do Sindicato como instrumento de defesa dos direitos da categoria.



Trabalhadores elegem João Bosco para o Conselho de Administração da Copasa



s trabalhadores na Copasa e legeram seu primeiro representante no Conselho de Administração da empresa. Entre quatro candidatos na disputa, foi eleito o engenheiro João Bosco Senra, com 58,41% do total de votos coletados em todo o Estado.

Com votação em 122 urnas, tivemos um comparecimento de 6.737 trabalhadores. O segundo mais v o t a d o f o i Guilherme Frasson Neto, com 22,61%,

ficando em terceiro lugar Andrea Thereza Pádua Faria, 14,61%, e, em quarto, Marcos Antônio Mendes Ribas, 4,38%.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E OPERACIONAL DA EMPRESA

O candidato vitorioso, João Bosco Senra, fez sua campanha baseada em quatro pontos-chave:

- Defesa da Copasa contra a privatização e a terceirização;
 - Valorização da estrutura operacional da empresa;
- Ética com compromisso de prestação de contas em sua atuação no Conselho de Administração;
 - * Defesa do saneamento público.

Estes pontos de defesa na atuação dentro do Conselho de Administração da Copasa são vitais na luta dos trabalhadores pelas condições estruturais que garantam a qualidade dos serviços prestados pela empresa e para que atinjamos nosso objetivo da universalização do saneamento como política pública e responsabilidade do Estado.

Todos devemos cobrar uma atuação transparente, sobretudo neste momento em que o saneamento é ameaçado por projetos do governo federal de privatização, e ainda por iniciativas pela maior distribuição do lucro líquido da empresa para acionistas, além de venda pelo Estado de ações da Copasa.

O SINDÁGUA quer participar ativamente da discussão destes pontos de interesse coletivo dos trabalhadores e ainda dos interesses públicos pelo direito à água de qualidade, coleta e tratamento dos esgotos como medida imprescindível pela preservação do meio ambiente.

Há muitos anos, o SINDÁGUA vinha buscando na Copasa, através das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho, o direito dos trabalhadores em ter o seu representante no Conselho de Administração e até uma mudança estatutária que permita a eleição de uma representação na Diretoria Executiva da empresa.

Esta condição já existia em grandes empresas privadas e, entre as estatais, em companhias como a Cemig.

Finalmente, conquistamos o direito de elegermos nosso representante no Conselho de Administração da Copasa, em eleição realizada nos dias 17 e 18 de maio.

A eleição de representantes de trabalhadores nos conselhos administrativos de estatais foi baseada na Lei 13.303/16, assinada pelo golpista Michel Temer, e regulamentada em nosso Estado pelo Decreto 47.154/17.

As condições para se candidatar permitiram a inscrição apenas de perfis de candidatos ocupantes de cargos de nível superior, exercidos por um tempo mínimo de quatro anos em cargos comissionados, função de confiança no setor público, não ter sofrido qualquer advertência e ter mais 10 anos em cargo de direção no setor público ou privado. As restrições impediram, por exemplo, candidatura de trabalhador em direção sindical.

Nos empenharemos para cobrar do representante eleito a defesa de todos os pontos de interesse dos trabalhadores dentro da empresa, cumprindo o papel de estar sempre em posição crítica na defesa do saneamento público e dos direitos dos trabalhadores.



Copasa enrola e adia negociação sobre mudança em escala de plantão

A direção da Copasa vem mostrando pouco empenho na negociação com a categoria sobre a mudança de escala de plantão que pretende implantar em todas as unidades. A empresa adiou, por mais 30 dias, a solução do problema, contrariando decisão do Ministério Público do Trabalho (MPT), que determinou prazo de 60 dias, a partir de 1º de março, para que o SINDÁGUA e a Copasa constituíssem uma comissão de negociação e chegassem a um entendimento para eventual mudança.

Apesar do adiamento do prazo, que já está quase terminando, a Copasa ainda não apresentou representantes para a comissão, que irá estudar uma proposta alternativa que contemple os interesses dos trabalhadores e da empresa. Essa proposta, então, será submetida ao aval da categoria, em Assembleia Geral, para possível modificação de um acordo coletivo de trabalho.

A Copasa pretendia fazer mudança a partir de 1º de março, alterando jornada de trabalho em turno de revezamento, sem que a decisão fosse discutida com a categoria e tivesse amparo de um Acordo Coletivo de Trabalho Extraordinário, para modificar a ACT já existente que proíbe mudanças na escala.

As determinações do Ministério Público foram acordadas no dia 27 de fevereiro, em reunião na sede do órgão entre o Sindicato e representantes da Copasa com a procuradora do trabalho Luciana Marques Coutinho.



Na ocasião, o MPT suspendeu a mudança na jornada de trabalho, já adotada em alguns distritos, até que as duas partes cheguem ao entendimento.

A empresa, no entanto, insiste em desconsiderar a irregularidade denunciada pelo Sindicato e em desacatar a decisão do Ministério Público. Em vários distritos, chefias vêm ameaçando trabalhadores, afirmando que a empresa mantém a determinação e não abre mão de mudar a escala de plantão.

A reunião no MPT ocorreu depois que o Sindicato denunciou que a iniciativa da empresa se deve ao problema da reposição de vagas, causado pelos desligamentos e aposentadorias, exigindo medidas para não comprometer os serviços prestados à população.

O SINDÁGUA comprovou à empresa e ao MPT que um acordo coletivo de 1996, além de normas internas de jornada de trabalho. reiterado pelos acordos coletivos posteriores em vigência, define regras para a escala de trabalho, que não podem ser alteradas unilateralmente sem um entendimento com o Sindicato. Alertamos também que a proposta pretendida pela empresa não seria possível ainda pela carência de pessoal, pois os distritos estão asfixiados com número reduzido de trabalhadores, comprometendo a prestação dos serviços à comunidade.



SINDICALIZE-SE!

O SINDICATO É NOSSA ARMA
CONTRA AS AMEAÇAS
AOS DIREITOS
CELETISTAS E CONQUISTAS DE
ACORDOS COLETIVOS!

ACIONISTAS DEITAM E ROLAM COM OS LUCROS DA COPASA

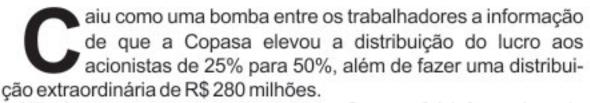
Empresa distribui dividendos extras de R\$ 280 milhões











Não bastasse esta preocupação, a Copasa foi informada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais sobre a intenção do Governo de vender 1,17% das ações ordinárias da empresa, diminuindo sua participação como acionista majoritário da Copasa de 51,17% para 50,04%.

Com estas operações, o mercado financeiro reagiu com olhos vistosos nesta possibilidade de investidores privados absorverem fatia ainda maior do lucro da empresa.

Estas medidas só podem trazer grave preocupação aos trabalhadores e à população abastecida com os serviços de saneamento pela Copasa. O aumento do repasse de dividendos para acionistas compromete os investimentos da empresa, prejudicando ainda mais sua estrutura operacional, que se apresenta severamente precarizada.

Os recursos distribuídos pela empresa deixam de ser aplicados no desenvolvimento estrutural, para garantir os compromissos de contratos de programas com as concessões de serviços em todo o Estado e para manter a qualidade dos serviços, que sempre foram destaque. Pior, sem os recursos abocanhados pelos acionistas, a empresa tende a ampliar ainda mais o seu processo de sucateamento, já apontado há anos como muito grave.

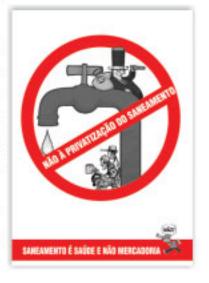
O Sindicato sempre denunciou iniciativas passadas de aumentar a distribuição acionária do lucro da empresa para patamares estratosféricos de 35% e até 50%. Os investidores detêm praticamente a metade das ações e elevam o grande receio de aumento da terceirização, pois temos maior pressão externa na gestão da empresa em busca de lucro, ameaçando os investimentos para ampliar e qualificar os serviços essenciais prestados à população.

Não podemos aceitar de forma nenhuma esta orientação que compromete a sustentabilidade da empresa, que fica estrutural e financeiramente seriamente avariada.















Mobilização total contra privatização do saneamento

m nossa luta contra a privatização do saneamento ✓ e a mercantilização da água, o SINDAGUA participa de várias frentes em defesa da universalização dos serviços, como dever do estado e direito da população. Esse combate ganha mais força diante da ameaça do governo golpista de Michel Temer de alterar e mutilar a Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei 11.445/2007) e abrir de vez as portas do setor para a iniciativa privada.

Uma das frentes de ação foi a criação, em 25 de abril, do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas), por entidades sindicais, sociais e acadêmicas, com o objetivo de formular políticas para o saneamento, através de dados e estudos que apontem soluções dos problemas, e lutar contra a privatização do setor.

Um dos principais pontos de discussão do Observatório é exatamente o projeto de lei (PL) que o governo Temer pretende encaminhar ao Congresso para mudar o Marco Regulatório do Saneamento Básico. A luta contra essa proposta nefasta inclui contatos e reuniões com lideranças partidárias,

da minoria e da oposição, em busca de apoio e para traçarmos estratégias de combate à PL, assim que chegar ao Congresso.

O esquema golpista para desarticular o setor de saneamento é tramado também em âmbito estadual e municipal. Para enfrentar esses ataques, o Sindicato participa de audiências públicas em que são debatidas CPIs e ações judiciais contra a Copasa. Como a audiência pública regional realizada em Lavras para discutir as situações do município, de Alfenas, Varginha, Nanuque, Pouso Alegre e Alpinópolis.

Ao participar de eventos como esse, o SINDAGUA busca levantar o que realmente está acontecendo e quais são as críticas feitas à Copasa, O Sindicato defende e luta para que empresa melhore o servico que presta à

população em várias localidades, com aumento de investimentos, para evitar o sucateamento, mas entende que é preciso separar o joio do trigo, pois há um processo neoliberal em curso que visa atacar a empresa para enfraquecêla e entregar os serviços de saneamento à iniciativa privada.

PROJETO DE LEI

O governo Temer, inicialmente, pretendia editar uma Medida Provisória (MP) para alterar o Lei Nacional do Saneamento e chegou a elaborar uma minuta com a proposição. A MP não foi editada devido a resistências e críticas contundentes da maioria das entidades da área.

O governo recuou e resolveu, então, apresentar um projeto de lei, em regime de urgência, para mudar o marco regulatório. O PL tem o mesmo

> teor da MP. As propostas desestruturam o setor, fere a autonomia e a organização dos municípios, destroem o subsidio cruzado, penalizam as empresas públicas estaduais de saneamento, responsáveis por 75% da prestação dos serviços, e prejudicam fortemente a população brasileira, sobretudo a de baixa renda.



TRABALHADORES INVESTEM NA SINDICALIZAÇÃO E FORTALECEM A COMBATIVIDADE DO SINDICATO

660 tiro saiu pela culatra!" O ditado popular ilustra muito bem a resposta que os trabalhadores dão à iniciativa do governo quando implementou o golpe contra a organização sindical, através da medida irregular e inconstitucional de eliminar a contribuição de um dia de trabalho anual em favor das entidades em todo o País.

Em nossa categoria, depois da "reforma" golpista, vem se acelerando o processo de sindicalização dos trabalhadores ao SINDAGUA. Se em 2017 tivemos 340 filiações durante todo o ano, apenas nos quatro meses de 2018, até o final de abril, o Sindicato contabilizou mais 389 trabalhadores sindicalizados.

Os números refletem a tomada de consciência da categoria para a importância do Sindicato na defesa dos direitos celetistas atacados pela reforma golpista de 11 de novembro e ainda todas as conquistas coletivas alcançadas pelos Acordos ao longo dos anos.

Apenas através da unidade e da mobilização poderemos enfrentar quaisquer iniciativas que ameacem conquistas trabalhistas e sociais. Ressaltamos ainda que, pela "reforma", os acordos coletivos de trabalhadores passaram a ter força de lei, quando define a "prevalência do negociado sobre o legislado", além da situação em que o Sindicato passa a negociar benefícios exclusivamente para

A consciência da unidade reflete o grande volume de benefícios e direitos conquistados pela categoria ao longo dos anos com o

lizados.

SINDAGUA, e a ameaça a estes avanços será plenamente vacinada com o fortalecimento do Sindicato através da sindicalização de 100% da categoria.

